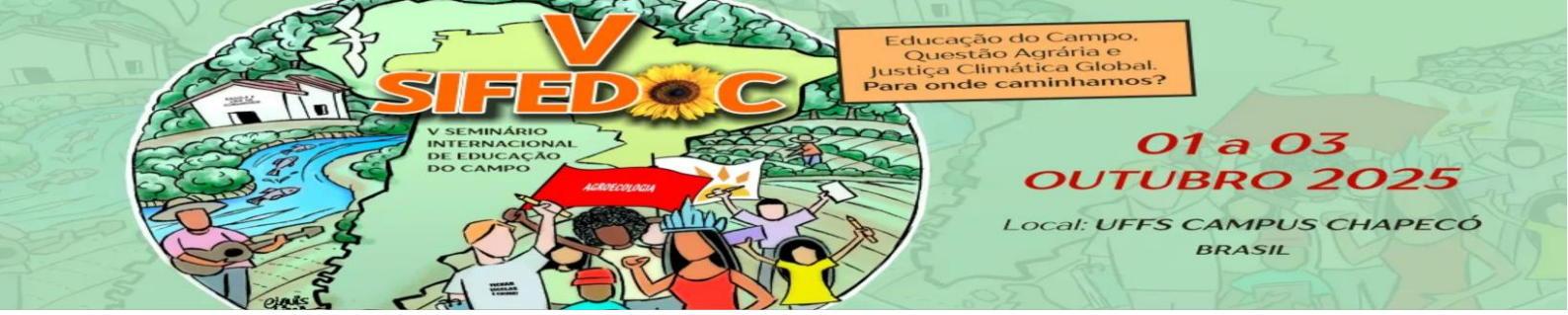



# POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DESAFIOS DA ESCOLA DO CAMPO, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO MARIA QUITÉRIA - MARIA QUITÉRIA, FEIRA DE SANTANA, B BAHIA.

Ana Cecília Nascimento Silva Galindo[1]

**Círculo de Saber:** Políticas Educacionais e Educação do Campo

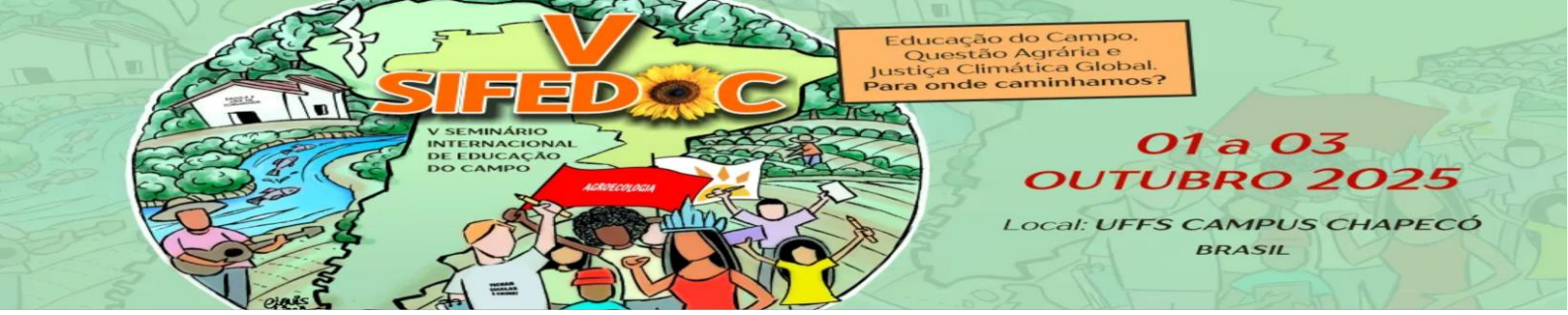
**Palavras-chave:** Educação do Campo; Discussões.

## Introdução

A Escola do Campo, surge em um contexto de lutas e reflexões sobre as realidades que acontecem no meio rural, nessa perspectiva surge a necessidade de dar voz e vez as pessoas desse espaço que estavam lá subalternizadas, excluídas dos sistemas neoliberais de produção e trabalho, pois produziam e existiam em suas singularidades, mas mereciam afirmar sua força, e identidade na necessidade de existir, muito mais que apenas resistir.

Nos últimos anos os movimentos sociais, em especial o MST ( Movimento dos Sem-terra), vem produzindo propostas e ações governamentais, voltadas a valorização do campo, como espaço de produção de conhecimento. Entretanto os desafios são muitos e permanecem até os dias atuas, a descontinuidade das políticas, a proximidade dos espaços urbanocêntricos, a falta de formação dos docentes, ainda são fatores que dificultam as ações políticas e pedagógicas das escolas. Nesse texto

[1] Professora e Mestranda em Planejamento Territorial, Uefs.




vamos discutir essas questões, e como elas afetam também a realidade do Colégio Estadual do Campo Maria Quitéria – Tempo Integral, no município de Feira de Santana – Bahia.

Aqui, partimos do pressuposto que a educação do campo é uma resposta histórica as realidades sociais e educacionais vividas pelos povos do campo, apresentamos também a importância do MST como agente de luta e fortalecimento nesse processo que sempre pensou em uma reação crítica e emancipatória da educação do campo, reivindicando uma escola contextualizada, democrática e comprometida com a transformação social local.

**Discussão**

Para Roseli Caldart (2008), a Educação do Campo não é apenas uma modalidade educacional, mas um projeto político-pedagógico que nasce da luta dos povos do campo por reconhecimento, território e direitos. Essa perspectiva é reforçada por Mônica Castagna Molina (2004), que destaca a importância da construção coletiva de políticas públicas que respeitem a diversidade dos territórios rurais e promovam a justiça social.

A institucionalização da Educação do Campo ganhou força com a criação do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo no Ministério da Educação e com a publicação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 01/2002). Essas diretrizes reconhecem a identidade própria das escolas do campo e orientam práticas pedagógicas que valorizem os saberes locais, a alternância pedagógica e a formação omnilateral dos sujeitos.

Neste momento houveram muitas discussões e conflitos entre os Movimentos Sociais e o Estado, pois esses discordavam de como a educação do campo deveria ser implementada, dos recursos e da importância para as comunidades locais, no campo, nos Quilombos, nas regiões pesqueiras. Assim essas lutas foram acentuando a importância de escolas que olhassem para as necessidades dos espaços e das pessoas que estavam ocupando esses lugares. Esse fortalecimento gera emancipação e por isso é muitas vezes oprimido e sofre tamanha resistência.

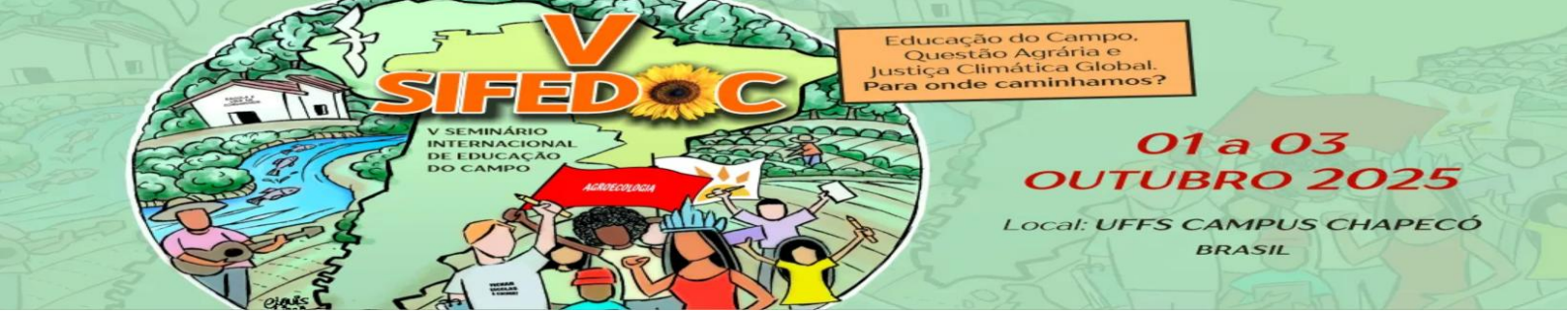
Outro documento normativo que nos ajuda a referenciar esse texto e a entender o contexto de implantação das escolas do campo, são as *Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo* (MEC, 2004), nele estão contidos subsídios importantes para compreender os princípios, desafios e propostas de atuação voltadas à educação rural. Ele destaca que a Educação do Campo deve ser entendida como um direito dos povos do campo e como estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável. Esse é um marco legal importante para a implementação das escolas do campo.

Esse documento é mais amplo, pensado por um grupo, ele defende desde a análise das relações econômicas da população do campo, em sua produção, mobilidade, as condições de funcionamento das escolas, que precisam estar adaptadas e serem acolhedoras a realidade em que se insere. Até o reconhecimento da necessidade de uma política pedagógica especifica diferente da utilizada pelas escolas da cidade, com materiais didáticos e recursos pedagógicos diferentes.

Outra característica que chama a atenção é a valorização dos saberes locais, com a afirmação das identidades e dos territórios como espaços de produção e de poder. Trazendo assim o fortalecimento da participação comunitária, levando os sujeitos para o centro das discussões e apresentando-os como protagonistas de suas realidades, tudo isso é fortalecido com ações metodológicas mais específicas e com flexibilidade das práticas escolares, que estejam associadas as demandas de cada comunidade rural.

Essa perspectiva se articula com as ideias de que a Educação do Campo precisa estar em diálogo com o território, com os sujeitos que nele vivem e com suas práticas sociais. Só assim ela alcançará os objetivos de ser um processo educativo transformador, contextualizado e territorialmente justo com os povos do campo.

O Colégio Estadual do Campo Maria Quitéria – Tempo Integral, surge no ano de 1971 com o nome de Colégio Estadual Profª. Maria José de Lima Silveira, situado no Distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana – Ba., foi autorizado a funcionar pela portaria de nº 6.554, publicada no Diário Oficial de 25 de agosto de 1971, com a denominação de Escola de São José, funcionando assim até o ano de 1976, em um prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana, neste mesmo distrito. PPP 2014, cedido pela escola.



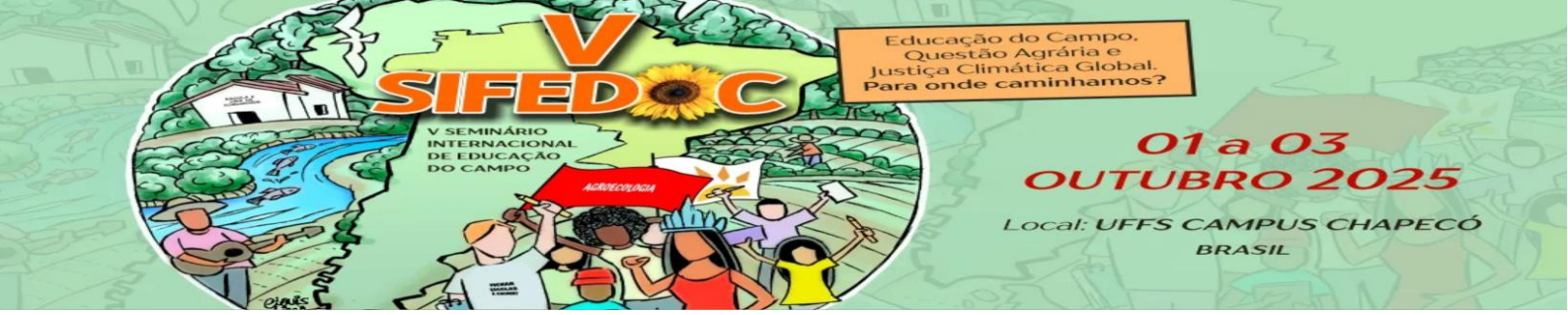

A escola iniciou com apenas quatro salas de aula, ofertava o Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série e, posteriormente foram criadas mais seis salas, uma secretaria, dois depósitos, um de material, outro para merenda. Com esta nova estrutura, foi incluindo gradativamente o Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série e o Curso de Magistério, que permaneceu até a extinção desta modalidade de ensino em 1997.

Neste ano de 2025, a escola foi oficialmente decretada como Escola do Campo, com homologação no diário oficial do Estado da Bahia no mês de fevereiro do corrente ano, com diretrizes curriculares obrigatórios e recursos específicos para essa finalidade. Aqui vale ressaltar que mesmo antes dessa nomeação a escola já fazia iniciativas e práticas que buscavam aproximar a escola da comunidade local, inclusive dos saberes tradicionais e Quilombolas. Aqui praticamos rodas de conversas com os mais velhos das comunidades, integração comas associações comunitárias, produção de textos e relatos sobre as práticas tradicionais da comunidade, visitas em campo, para aproximar os estudantes do seu lugar.

**Conclusão**

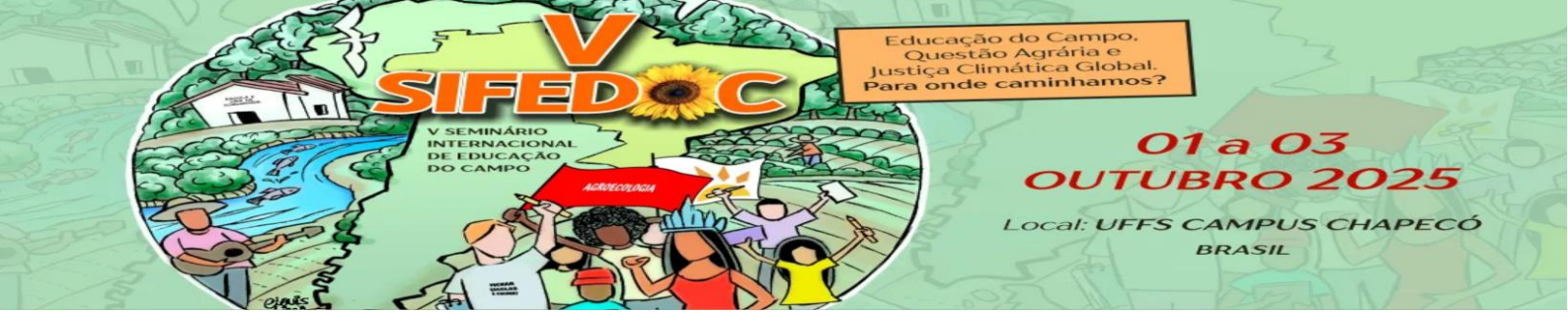
Todos esses movimentos buscavam trazer a comunidade para dentro da escola, como também, trocar experiencias e articular os conhecimentos escolares com os conhecimentos e saberes tradicionais, isso mostra aos nossos estudantes o quanto eles produzem é importante para o crescimento intelectual e social de cada um, afinal as pessoas carregam as marcas de onde estão, do que são para onde forem, e levar esses saberes para fora do campo é contribuir para a afirmação desses saberes e conhecimentos.

A Educação do Campo se apresenta como uma proposta autêntica e transformadora que busca afastar as práticas das escolas do campo da visão urbanocêntricas, que historicamente subalternizam os saberes tradicionais, modos de vida e as necessidades dos povos do campo, ela se afirma como uma alternativa pedagógica que vai proporcionar as populações rurais especificidades que cada território e cada identidade possuem.




Ao perceber o campo como espaço de produção de conhecimento, os movimentos sociais e as políticas públicas construídas em diálogo com esses sujeitos contribuem para uma educação mais justa, contextualizada e emancipadora, essa é a escola que pensamos. No entanto, sabemos que os desafios persistem — é preciso dar continuidade das ações governamentais, suas políticas públicas, pensar e executar formação específica para docentes, adaptar os currículos as realidades locais, ampliar as estruturas físicas das escolas.

Pensando em todo esse contexto, acreditamos que as políticas públicas devem ser pensadas não apenas como instrumentos técnicos, mas aplicação ético-políticos que os sujeitos do campo precisam, é preciso ouvir as comunidades, valorizar as experiências locais e a articulação com o Estado fomenta essas ações. Assim, Estado, movimento sociais e escola, são um tripe indispensável para garantir direitos aos povos do campo e a garantia de resistir em seus territórios, seus lugares de vida. A partir dessas perspectivas, a escola do campo pode deixar de ser apenas um espaço de ensino, apenas, para se tornar um verdadeiro território de luta, pertencimento e transformação.




**Referências bibliográficas**

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Campo. Políticas públicas: educação. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 01/2002)

MOLINA, Mônica Castagna; DE JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo, **Por Uma, Educação do Campo, Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Cnbb. 2024.

PPP, **Projeto Político Pedagógico** do Colégio Estadual do Campo Maria Quitéria – Tempo Integral. Acessado na escola. 2025

Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo (MEC, 2004)